

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE SETENTA MIL (70.000) DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DA MRS LOGÍSTICA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

MRS LOGÍSTICA S.A., sociedade anônima com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n° 228, sala 1201E, ala B, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob n° 01.417.222/0001-77, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada “MRS”, e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 3.333 – salas 307 – 309, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 17.343.682/0001-38, nomeado nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão perante a MRS, doravante designado “Agente Fiduciário”,

vêm celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Setenta Mil (70.000) Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da MRS Logística S.A., doravante designada “Escritura”, mediante as cláusulas, condições e características abaixo indicadas.

I. AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base nas aprovações da emissão deliberadas na assembléia geral extraordinária da MRS realizada em 19 de setembro de 2001, cuja ata foi publicada em 28 de setembro de 2001, e nas reuniões do conselho de administração realizadas em 19 de setembro de 2001, 9 de novembro de 2001 e 3 de dezembro de 2001, cujas atas foram publicadas respectivamente em 28 de setembro, 14 de novembro de 2001 e 10 de dezembro de 2001. Todas as atas foram publicadas no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Diário Mercantil”.

II. REQUISITOS PRELIMINARES

2. A presente emissão de debêntures será realizada com observância dos requisitos abaixo indicados.

2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n°

6.404/76, e da Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2 Registro da Escritura. A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.3 Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. As atas da assembléia geral extraordinária da MRS e reunião do conselho de administração, realizadas em 19 de setembro de 2001 foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJ”) em 24 de setembro de 2001 sob os números 00001188289 e 00001188288 respectivamente; a ata da reunião do conselho de administração realizada em 9 de novembro de 2001 foi devidamente arquivada na JUCERJ em 14 de novembro de 2001 sob o número 1200154; a ata da reunião do conselho de administração realizada em 3 de dezembro de 2001 foi devidamente arquivada na JUCERJ em 6 de dezembro de 2001 sob o número 00001205064.

2.4 Constituição de Garantia Adicional. As garantias adicionais serão constituídas na forma da lei, sendo devidamente registradas no competente Cartório de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3. A presente emissão de debêntures terá as características abaixo indicadas.

3.1 Data da Emissão, Prazo e Data de Vencimento. Para todos os efeitos legais, a data de emissão de ambas as séries de debêntures, conforme indicadas abaixo, doravante designada “Data de Emissão”, será 1º de outubro de 2001 e terão prazo de setenta e dois (72) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2007.

3.2 Valor da Emissão. O valor total da presente emissão será de até setecentos milhões de reais (R\$700.000.000,00), na Data de Emissão.

3.2.1 A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de quatrocentos e cinquenta milhões de reais (R\$ 450.000.000,00), na data de emissão, observado o procedimento de colocação previsto no item 3.17. Para tanto, o coordenador líder da distribuição prestará garantia firme de subscrição de até 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 2ª Série, sendo utilizada a seguinte composição para fins de apuração do montante de debêntures da garantia firme:

$Dgf = 45.000 - Dps$, onde:

Dgf = número de debêntures da 2ª Série objeto da garantia firme; e

Dps = número de debêntures da 1ª Série efetivamente subscritas e integralizadas.

3.3 Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário. Serão emitidas até setenta mil (70.000) debêntures, com valor nominal unitário de dez mil reais (R\$10.000,00), na Data de Emissão.

3.4 Séries. A presente emissão será dividida em duas (2) séries. A primeira série, doravante “Primeira Série”, será de até vinte e cinco mil (25.000) debêntures, totalizando até duzentos e cinquenta milhões de reais (R\$250.000.000,00), na Data de Emissão. A segunda série, doravante “Segunda Série”, será de até quarenta e cinco mil (45.000) debêntures, totalizando até quatrocentos e cinquenta milhões de reais (R\$450.000.000,00), na Data de Emissão.

3.5 Remuneração – Debêntures da Primeira Série. As debêntures da Primeira Série renderão juros remuneratórios, doravante “Remuneração”, correspondentes à variação acumulada de cem por cento (100%) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, denominada Taxa DI, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de um inteiro e dois décimos por cento (1,2%), cujo percentual foi definido pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2001 após processo de “Bookbuilding”, tendo sido observado o limite máximo de um inteiro e dois décimos por cento (1,2%) para o *spread*. O *spread* será calculado ao ano, base duzentos e cinquenta e dois (252) dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado das debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão ou último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

$$J = VNe \times \left\{ \text{FatorDI} \times \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização;

VNe = saldo do valor nominal unitário não amortizado da debênture da Primeira Série no início do Período de Capitalização;

Fator DI = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, ou do pagamento da Remuneração, exclusive;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

spread = um inteiro e dois décimos por cento (1,2%), *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano apurado no processo de “Bookbuilding”;

N = 252 dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

Define-se:

- Período de Vigência da Remuneração - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração da Remuneração;
- Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida anualmente, a contar da Data da Emissão;

c. Subperíodo de Capitalização - prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
- os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização;

3.5.1 A Remuneração devida sob as debêntures da Primeira Série será paga anualmente a contar da Data da Emissão, todos o dia 1º de outubro de cada ano.

3.5.2 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

3.5.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures da Primeira Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da MRS quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

3.5.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a dez (10) dias, ou ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, ou ainda, caso a Taxa DI deixe de representar o custo de captação e o custo de oportunidade no mercado financeiro brasileiro, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de trinta (30) dias contados de qualquer desses eventos mencionados, para definir, de comum acordo com a MRS, o novo parâmetro a ser aplicado. Caso não haja acordo na Assembleia Geral de Debenturistas, MRS deverá, em até dez (10) dias, resgatar a totalidade das debêntures da Primeira Série em circulação. O resgate se dará pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado das debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração até o dia do efetivo resgate das debêntures da Primeira Série. Na ausência de critério legal, a Remuneração a que as debêntures da Primeira Série farão jus no período compreendido entre a data de pagamento da última Remuneração e a data do resgate das debêntures da Primeira Série será a Taxa DI média dos sessenta (60) dias anteriores à extinção ou vedação legal ou perda de representatividade de aplicação da mencionada taxa.

3.6 Remuneração – Debêntures da Segunda Série. O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”) a partir da Data de Emissão calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, se necessário, doravante “Atualização Monetária”.

3.6.1 O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado unitário;

VNe = valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário não amortizado;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário das debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;

(*) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$.

3.6.1.1 O IGPM/FGV deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

¹ Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos da debênture.

² Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento da debênture.

³ Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

3.6.1.2 A aplicação do IGPM/FGV incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

3.6.1.3 No caso de indisponibilidade temporária do IGPM/FGV será utilizado, em sua substituição, o último índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos. Nesta hipótese não caberão, quando da divulgação do índice que seria utilizado no respectivo cálculo, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da MRS quanto por parte dos debenturistas.

3.6.1.4 Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGPM/FGV, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da Segunda Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“INPC/IBGE”). No caso de impossibilidade de uso do INPC/IBGE, o Agente Fiduciário deverá convocar, em no máximo trinta (30) dias a contar da constatação de impossibilidade de utilização do referido índice, Assembléia Geral de Debenturistas da Segunda Série para a deliberação, em comum acordo com a MRS, sobre o novo parâmetro de remuneração. Caso não haja acordo na Assembléia Geral de Debenturistas, as debêntures da Segunda Série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade, em até dez (10) dias após a data de realização da referida assembléia geral de debenturistas, pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado, atualizado monetariamente na forma do item 3.6.1 acima, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios e Atualização Monetária até o dia do efetivo resgate das debêntures da Segunda Série. O índice de atualização monetária utilizado que deverá ser utilizado para o resgate das debêntures da Segunda Série será o último IGPM/FGV divulgado antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

3.6.1.5 O valor relativo à atualização monetária das Debêntures deverá ser pago integralmente, juntamente com os Juros Remuneratórios mencionados no item 3.6.2 abaixo.

3.6.2 As debêntures da Segunda Série renderão juros remuneratórios de treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano, cujo percentual foi definido pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2001 após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão recebeu ofertas do mercado em geral sobre a taxa de juros remuneratórios das debêntures da Segunda Série, tendo sido observado o limite máximo de treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano. Os juros remuneratórios terão base 360 dias corridos, e serão incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado da debênture da

Segunda Série, atualizado conforme o item 3.6.1, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis*, por dias corridos, doravante “Juros Remuneratórios”.

3.6.2.1 Define-se:

- a. Período de Vigência de Juros Remuneratórios - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos Juros Remuneratórios;
- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente a contar da Data de Emissão, todo o dia 1º de outubro de cada ano.

3.6.2.2 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = saldo do valor nominal unitário não amortizado atualizado, anteriormente descrito;

taxa = treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano, percentual apurado no processo de “Bookbuilding”;

N = número de dias representativo do *spread*, base 360 dias corridos;

n = o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

3.7 Amortizações. O principal devido sob as debêntures da Primeira e da Segunda Séries será amortizado segundo o seguinte cronograma:

Percentual de Amortização sobre o principal das debêntures		Data (a contar da Data de Emissão)
Dez por cento	(10%)	Vigésimo quarto (24°) mês
Quinze por cento	(15%)	Trigésimo sexto (36°) mês
Vinte por cento	(20%)	Quadrágésimo oitavo (48°) mês
Vinte e cinco por cento	(25%)	Sexagésimo (60°) mês
Trinta por cento	(30%)	Septuagésimo segundo (72°) mês

3.8 Espécie e Garantia. As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, na forma do disposto no artigo 58, da Lei nº 6.404/76, e terão garantia pignoratícia adicional representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte de carga, celebrados entre a MRS e Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR, Companhia Siderúrgica Nacional e Ferteco Mineração S.A., conforme “Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças” que integra a presente escritura como seu Anexo I.

3.8.1 A MRS se obriga a manter, até o integral pagamento de todas as suas obrigações sob as debêntures da presente emissão, o limite mínimo de garantia flutuante exigido pelo artigo 60, §1º, “b” da Lei nº 6.404/76.

3.9 Forma e Tipo. As debêntures terão a forma nominativa escritural e não serão conversíveis em ações da MRS. A MRS não emitirá certificados das debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das debêntures, aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures – SND Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos, quando depositados no SND.

3.10 Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva Remuneração ou Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

3.11 Multa e Juros Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures de ambas as séries, sob os respectivos débitos em atraso continuarão a incidir as respectivas remunerações previstas

nos itens 3.5 e 3.6 acima, acrescidas de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de seis por cento (6%) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.12 Local de Pagamento. Os pagamentos referentes ao principal e à remuneração a que fazem jus as debêntures de ambas as séries serão efetuados pela MRS, por intermédio do SND. Para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND, os pagamentos serão efetuados na sede da instituição financeira depositária das debêntures ou na sede da MRS.

3.13 Não Comparecimento dos Debenturistas. Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela MRS, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.14 Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá resgate antecipado das debêntures, exceto na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, conforme disposto no item 4.3.3 abaixo.

3.15 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar as debêntures antecipadamente vencidas, na forma mencionada no item 3.15.1 abaixo, nas seguintes hipóteses:

- i) protesto legítimo e reiterado de título(s) contra a MRS cujo valor global seja igual ou superior a dezoito milhões de reais (R\$18.000.000,00), ou a constituição da MRS em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo (a) se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela MRS, ou (b) se o protesto ou constituição em mora for cancelada, ou (c) se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou (d) se protesto ou constituição em mora for de qualquer outra forma elidido pela MRS na primeira oportunidade processual cabível;
- ii) declaração de insolvência ou pedido de concordata da MRS;
- iii) dissolução ou liquidação da MRS;

- iv) falta de cumprimento pela MRS de qualquer obrigação prevista nesta Escritura ou no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças ou em lei, não sanada em trinta (30) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- v) transformação, incorporação, fusão ou cisão da MRS;
- vi) inveracidade ou inexatidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela MRS na presente Escritura ou no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- vii) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora; e
- viii) ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças.

3.15.1 Verificada a ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá notificar a MRS para sanar o evento no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da notificação. Persistindo o evento, o Agente Fiduciário deverá encaminhar correspondência com aviso de recebimento, com cópia aos debenturistas, a CETIP, a CVM e a instituição depositária das debêntures, declarando antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures. Na ocorrência do vencimento antecipado, a MRS obriga-se a efetuar o pagamento das debêntures em circulação de ambas as séries, pelo seu valor nominal unitário, devidamente acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ser efetuado em até trinta (30) dias corridos contados do recebimento da correspondência do Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 3.11 acima.

3.15.2 O Agente Fiduciário deverá acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado utilizando-se de todos os meios a sua disposição, tais como, mas não limitado a: informações recebidas da MRS, periódicas ou eventuais; outras fontes públicas de informação, tais como certidões de registros públicos, publicações legais, etc.

3.15.3 O vencimento antecipado das debêntures também ocorrerá em caso de vencimento antecipado de qualquer dívida da MRS, em montante igual ou superior a dezoito milhões de reais (R\$ 18.000.000,00), em decorrência de inadimplência contratual da MRS.

3.16 Negociação. A presente emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND.

3.17 Procedimento de Distribuição. A distribuição das debêntures será pública, em mercado de balcão, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CMV nº 13/80, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, visando principalmente investidores institucionais, tais como entidades abertas e fechadas de previdência privada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos prioritariamente os clientes do(s) coordenador(es). As debêntures da Segunda Série somente serão colocadas após as debêntures da Primeira Série terem sido integralmente subscritas ou o eventual saldo não colocado ter sido cancelado. Para tanto, as debêntures da Primeira Série eventualmente não colocadas em até noventa (90) dias, a contar da data de registro da emissão pela CVM, deverão ser canceladas para colocação das debêntures da Segunda Série. As debêntures da Segunda Série deverão ser colocadas em até dois (2) dias após a colocação integral e/ou cancelamento do eventual saldo não colocado das debêntures da Primeira Série.

3.18 Destinação dos Recursos. A MRS utilizará os recursos oriundos desta emissão para readequar o perfil de seu endividamento de longo prazo.

3.19 Publicação na Imprensa. Exceto os anúncios de início e encerramento, que serão publicados na “Gazeta Mercantil”, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Diário Mercantil”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a MRS avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação, no prazo de cinco (5) dias úteis da sua ocorrência.

IV. DEVERES ADICIONAIS DA MRS

4.1 A MRS está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- i) dentro de, no máximo, sessenta (60) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e aquelas constantes do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- ii) dentro de, no máximo, noventa (90) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e aquelas constantes do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- iii) dentro de quinze (15) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis;
- iv) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- v) dentro de quinze (15) dias, todos os demais documentos e informações que a MRS, nos termos e condições previstos nesta Escritura, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, incluindo as obrigações constantes no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- vi) na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléia que, de alguma forma, envolvam o interesse dos debenturistas; e
- vii) sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, enviar ao mesmo, em até cinco (5) dias úteis contados da solicitação, informações que comprovem o cumprimento dos limites indicados no item 4.2 (vi) e (vii) abaixo e, tempestivamente, informar ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer eventos estipulados no item 3.15 da Cláusula III desta Escritura.

4.2 A MRS está ainda adicionalmente obrigada a:

- i) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou por qualquer forma distribuir todo ou parte de seu resultado, se estiver em atraso superior a cinco (5)

dias relativamente ao pagamento de juros, atualização monetária, remuneração e principal das debêntures objeto desta emissão;

- ii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, contratada pela própria MRS;
- iii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- iv) manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- v) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de cinco (5) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento de algum dos direitos creditórios dados como garantia, nos termos do Contrato de Prestação de Garantia Pignoraticia e outras Avenças;
- vi) manter, na data do último balanço trimestral ou anual de cada ano civil, a partir da Data de Emissão das debêntures e até o pagamento integral das mesmas, a razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA (conforme definido abaixo) dos últimos 12 (doze) meses menor ou igual aos quocientes dispostos na tabela abaixo:

Ano Civil	Dívida Líquida Consolidada / EBITDA
2001	sete (7)
2002	sete (7)
2003	(seis) 6
2004	(seis) 6
2005	(cinco) 5
2006	(cinco) 5
2007	(cinco) 5

- vii) Quando da divulgação de suas demonstrações financeiras trimestrais ou anuais, a MRS deverá encaminhar tais documentos ao Agente Fiduciário e informá-lo, em detalhe, as aplicações financeiras de curto prazo e seus respectivos valores, para fins de apuração das Disponibilidades Financeiras Consolidadas, definida no inciso “ii” do item 4.2.1 abaixo.

4.2.1 Para os fins do disposto no item 4.2 (vi) acima e 4.2.2 e seguintes abaixo, considerar-se-ão as seguintes definições:

- i) “Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório das dívidas financeiras contraídas pela MRS junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, ou devidas em função de emissões de títulos e valores mobiliários de renda fixa emitidos no mercado de capitais brasileiro e/ou internacional, descontadas das Disponibilidades Financeiras Consolidadas da MRS, descritas no ativo circulante de suas demonstrações financeiras;
- ii) “Disponibilidades Financeiras Consolidadas” significa recursos em caixa mais aplicações em certificados de depósito bancários e em fundos de investimento que tenham, pelo menos, oitenta e cinco por cento (85%) dos seus recursos aplicados em títulos e valores mobiliários de renda fixa;
- iii) “EBITDA” significa o somatório (sem qualquer duplicidade) de (i) lucro líquido antes do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para determinado período, mais (ii) os seguintes fatores que foram deduzidos para fins de sua determinação (a) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período; (b) despesas financeiras líquidas; e
- iv) “Evento Extraordinário” significa a constatação, ao final de determinado trimestre civil, de que a variação acumulada do IGPM/FGV nos últimos doze meses, a contar do trimestre em questão, foi superior a quinze por cento (15%).

4.2.2 Em relação à observância pela MRS dos limites previstos no item 4.2(vi) acima, deverá ser observado o que segue.

4.2.2.1 Será permitido à MRS, durante o prazo da presente emissão, o desenquadramento dos limites indicados no item 4.2(vi) acima por no máximo quatro (4) trimestres, sendo vedado, entretanto, o desenquadramento por períodos superiores a dois (2) trimestres consecutivos, tornando-se obrigatório o reenquadramento até o final do trimestre imediatamente posterior, não se computando, para os efeitos deste item 4.2.2 eventual desenquadramento acarretado por Evento Extraordinário.

4.2.2.2 Durante o prazo da presente emissão, se o Evento Extraordinário ocorrer por mais que quatro (4) trimestres consecutivos, ou por mais cinco (5) trimestres não consecutivos, a MRS será obrigada a repactuar as debêntures nos termos do item 4.3 abaixo.

4.2.2.3 O Agente Fiduciário, tendo recebido os demonstrativos financeiros a que se refere o item 4.2.(vii), deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, verificar o cumprimento, pela MRS, dos limites e índices aplicáveis. Nessa hipótese, deverá comunicar aos debenturistas os eventuais desenquadramentos verificados ou Eventos Extraordinários, mediante envio de correspondência, com aviso de recebimento, a cada debenturista, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar verificação aqui referida.

4.2.2.4 A MRS, sempre que solicitada pelo Agente Fiduciário, deverá enviar ao Agente Fiduciário informações que comprovem o cumprimento dos limites e índices.

4.3 Repactuação. Não havendo o reenquadramento nos prazos previstos no item 4.2.2.1 e sendo ultrapassado o número de Eventos Extraordinários mencionados no item 4.2.2.2, da presente emissão, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, convocar assembléia de debenturistas para que seja aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, dois terços (2/3) das debêntures em circulação (i) a não aceitação do desenquadramento dos limites e índices e excesso de Eventos Extraordinários e a conseqüente repactuação das debêntures em circulação ou (ii) a aceitação de novos limites e índices, por prazo a ser determinado nesta assembléia de debenturistas; findo este prazo, a MRS deverá enviar imediatamente ao Agente Fiduciário declaração e comprovantes de reenquadramento nos limites e índices originalmente previstos, sob pena de, em não o fazendo, acarretar a Repactuação das Debêntures em circulação.

4.3.1 Ocorrendo evento de repactuação, a MRS obriga-se a realizar até 5 (cinco) dias úteis após a assembléia de debenturistas acima mencionada, Reunião do Conselho de Administração que deverá deliberar sobre as novas condições das debêntures. As novas condições serão comunicadas aos debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis após a Reunião do Conselho de Administração, na forma de “Aviso aos Debenturistas” e conforme item 10, concedendo-se o prazo máximo de dez (10) dias úteis, contado da data de sua publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as novas condições fixadas manifestem sua não aceitação. Os debenturistas deverão se manifestar mediante comunicação escrita enviada à CETIP, ou à instituição depositária das debêntures, em ambas hipóteses com cópia endereçada à sede da Emissora.

4.3.2 A MRS obriga-se a adquirir as debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que assim se manifestarem, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração ou dos Juros Remuneratórios,

conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

4.3.3 Na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, a MRS, à seu exclusivo critério, poderá proceder ao resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da assembléia de debenturistas que a tenha aprovado.

4.4 A MRS se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o(s) banco(s) coordenador(es) da emissão por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo(s) banco(s) coordenador(es) em razão de qualquer inadimplemento de suas obrigações sob a Escritura, o Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças ou qualquer outro documento relacionado a presente emissão.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1 A MRS nomeia e constitui o Agente Fiduciário desta emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a MRS.

5.1.1 O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado pela presente Escritura, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;

- v) que, nos termos do artigo 12, IX da Instrução CVM nº 28/83, verificou a regularidade da constituição, suficiência e exeqüibilidade (a) da garantia adicional pignoratícia, constituída por meio do contrato constante do Anexo I desta Escritura; e (b) da garantia flutuante, descrita no item 3.6 desta Escritura; e
- vi) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 3.15 desta Escritura.

5.1.2 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das debêntures objeto da presente emissão.

5.2 Remuneração. O Agente Fiduciário receberá da MRS, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) parcelas anuais de dez mil reais (R\$ 10.000,00), sendo o primeiro pagamento devido na mesma data da obtenção do “Registro de Emissão” junto à Comissão de valores Mobiliários – CVM, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores. As parcelas aqui citadas serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de emissão das debêntures até a data de pagamento, calculadas “pro-rata die”, se necessário. Tais remunerações serão devidas mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela MRS;
- ii) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;
- iii) as parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

5.2.1 Na hipótese de substituição do Agente Fiduciário, seu substituto receberá a mesma remuneração do Agente Fiduciário descrita acima, em todos seus termos e condições, sendo a primeira parcela anual devida calculada “pro rata temporis”, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário. Essa remuneração

poderá ser alterada de comum acordo pela Emissora e Agente Fiduciário substituto, desde que previamente aprovado pela assembléia geral de debenturistas.

5.3 Despesas do Agente Fiduciário. As despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário serão cobertas pela MRS, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal. Compreendem-se, exemplificativamente, nas despesas aqui referidas:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras publicações que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis.

5.3.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste item será acrescido à dívida da MRS e gozará das mesmas garantias das debêntures.

5.3.2 No caso de inadimplemento da MRS, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela MRS. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportado pelos debenturistas, bem como sua remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da MRS permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.4 Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância da função de agente fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de trinta (30) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela MRS, por debenturistas que representem dez por cento (10%), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até oito (8) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à MRS efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

5.4.1 O agente fiduciário substituto, no exercício das funções de agente fiduciário estabelecidas nesta Escritura e na legislação em vigor, receberá a mesma remuneração do Agente Fiduciário, observados os termos do item 5.2.1 acima.

5.4.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

5.4.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.4.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

5.5 Deveres do Agente Fiduciário. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos nesta Escritura, em lei ou em ato normativo da CVM:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- ii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- v) promover nos competentes órgãos, caso a MRS não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá solicitar ao oficial do registro que notifique a Administração da MRS para que esta lhe forneça as indicações e documentos que porventura se fizerem necessários;
- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer ou não fazer;
- viii) notificar os debenturistas e a Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de noventa (90) dias, mediante correspondência com aviso de recebimento, de qualquer inadimplemento, pela MRS, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- x) verificar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos demonstrativos financeiros a que se refere o item 4.1 acima, devidamente auditados, e após terem sido protocolados junto a CVM, o cumprimento pela MRS dos limites a que se refere o item 4.2 (vi) acima, através de informações obtidas dos demonstrativos financeiros e/ou junto à MRS, comunicando aos debenturistas qualquer desenquadramento verificado;

- xi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, cartórios de protesto, e outras repartições públicas, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da MRS, ou suas filiais, se relevante;
- xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na MRS;
- xiv) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três (3) vezes;
- xv) comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xvi) verificar a regularidade da constituição das garantias, nos termos do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, devendo intimar a MRS a reforçar a eventual garantia dada sempre que necessário;
- xvii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, “b”, da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela MRS ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela MRS, (b) alterações estatutárias da MRS ocorridas no período, (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da MRS enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da MRS, (d) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado, (e) resgate e pagamento de rendimentos sob as debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela MRS, (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da MRS, (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração, (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela MRS nesta Escritura e no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças, (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures, e (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- xviii) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à MRS; e
- xix) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a MRS ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da MRS, (a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios, (b) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas, (c) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da MRS, e (d) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos.

5.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 5.5 (xvi) acima se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese do inciso “c” do item 5.5 (xvi) acima, será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.

5.5.2 O relatório indicado no item 5.5 (xiii) deve ser colocado à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro (4) meses a contar do encerramento do exercício social da MRS, ao menos nos seguintes locais:

- i) na sede da MRS, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1201 E, ala B, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- ii) no escritório principal do Agente Fiduciário, na Av. das Américas, nº 3.333 – salas 307 – 309, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- iii) na CVM; e
- iv) na sede da instituição que liderou a colocação das debêntures.

5.5.3 O Agente Fiduciário deverá publicar nos órgãos da imprensa em que a MRS efetua suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da MRS, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório indicado no item 5.5 (xiii) se encontra à sua disposição nos locais indicados no item anterior.

VI. ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

6. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.1 A Assembléia Geral dos Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela MRS; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, dez por cento (10%) dos títulos em circulação; ou (iv) pela CVM.

6.2 Aplica-se à Assembléia Geral dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

6.3 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

6.4 Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada debênture será atribuído um voto.

6.5 A assembléia poderá, pelo voto de debenturistas que representem, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) dos títulos em circulação, excluídos os títulos detidos (a) pela MRS, (b) por seus acionistas controladores diretos ou indiretos, (c) por sociedades controladas direta ou indiretamente pela MRS ou por seus controladores diretos ou indiretos, (d) por coligadas da (1) MRS ou (2) de seus controladores diretos ou indiretos ou (3) de suas controladas diretas ou indiretas ou (e) por outras pessoas que se encontrem em situação de conflito de interesses com os debenturistas, aprovar modificações nas condições das debêntures.

6.6 Será facultada a presença dos representantes legais da MRS nas Assembléias Gerais dos Debenturistas.

6.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VII. RENÚNCIA

7. Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas ou ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da MRS prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VIII. AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

8. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

IX. MODIFICAÇÕES

9. Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei nº 6.404/76, qualquer modificação à presente Escritura ou no Anexo I somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente e o respectivo Anexo I e precedida de assembléia de debenturistas realizada nos termos da cláusula VI.

X. NOTIFICAÇÕES

10. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:


Para a MRS	Para o Agente Fiduciário
<p>Sr. Julio Cesar Pinto MRS Logística S.A. Praia de Botafogo, nº 228, sala 1201 E, ala B, 22.359-900 – Rio de Janeiro – RJ tel: (21) 2559-4600 fax: (21) 2552-2635 e-mail: daf@mrs.com.br</p>	<p>Sr. Mauricio da Costa Ribeiro Pentágono S.A. DTVM Av. das Américas, n.º 3.333 – salas 307 – 309, Rio de Janeiro, RJ tel: (21) 3325-5059 fax: (21) 3325-5969 e-mail: pentagono@pentagonotruster.com.br</p>

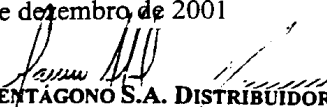
XI. DO FORO

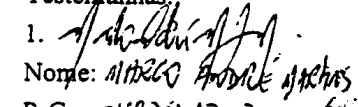
11. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

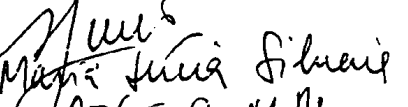
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 11 (onze) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2001

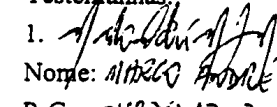

MRS LOGÍSTICA S.A.
Julio Cesar Pinto
Diretor Administrativo / Financeiro

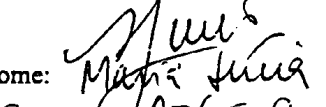

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Henrique Aché Pillar
Diretor de Desenvolvimento


Marco Aurelio Machado Ferreira
Diretor


Mauricio da Costa Ribeiro
Diretor

Testemunhas:

1. 
Nome: *Alfredo*
R.G.: 04826713-2

2. 
Nome: *Maria Lucia Silveira*
R.G.: 236519

